

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

Capítulo 1

SOBRE A COGNIÇÃO NA DOUTRINA TRADICIONAL: “ESSA DESCONHECIDA”	33
1.1. A teoria da cognição judicial de Kazuo Watanabe.....	33
1.2. O objeto da cognição na doutrina brasileira: a cognição como atividade que se desenvolve sobre questões	35
1.2.1. O tradicional trinômio de questões de direito conhecidas no processo: ação, processo e mérito	36
1.2.2. As questões prévias	38
1.2.3. A separação entre questões de fato e questões de direito	41
1.3. Objeto da cognição <i>versus</i> objeto do processo	43
1.4. Características da cognição tradicionalmente identificadas	47
1.4.1. Inflexibilidade ou não gerenciabilidade	47
1.4.2. Legalismo	47
1.4.3. Cognição “instrumentalizada” em função da decisão ...	48
1.5. A cognição como ato de inteligência destinado à decisão: des-trinchanto o conceito de Kazuo Watanabe para a cognição judicial	50

Capítulo 2

A ANALÍTICA DA COGNIÇÃO JUDICIAL. COGNIÇÃO E INTERPRETAÇÃO, AFINIDADES ELETIVAS.....	53
2.1. A cognição judicial contemporânea.....	53
2.2. Intersubjetividade e criação do intérprete.....	55
2.2.1. Objeto da cognição e objeto da interpretação: a simbiose entre conhecer e interpretar. A teoria da interpreta-	

ção como ferramenta fundamental para a compreensão da cognição judicial	56
2.3. Cognição do cientista e cognição do juiz.....	63
2.4. Cognição do legislador e cognição do juiz.....	65
2.5. A cognição sobre fatos e normas: linguagem como instrumento de mediação da atividade interpretativa.....	66
2.5.1. Correntes teóricas sobre a interpretação: do cognitivismo ao ceticismo. A cognição não se resume à reprodução do texto.....	67
2.5.2. Contexto de descoberta <i>versus</i> contexto de justificação do juiz	71
2.5.3. O estado cognitivo comunitário	74
2.5.4. A atividade de conhecimento como tomada de escolhas interpretativas.....	77
2.6. A cognição sobre atos ilocutórios: existe diferença quando o juiz conhece atos de fala? A oralidade é essencial ao processo?	80
2.7. Sobre conhecimento e lógica: cognição informada por intuição?	87
2.8. Dois compartimentos distintos: cognição e decisão. Ruptura com a lógica instrumentalista	89
2.8.1. A separação entre cognição e decisão na dinâmica dos meios consensuais de solução de conflitos	91
2.8.2. A vinculação da cognição à decisão como sucedâneo das teorias sobre o objeto do processo. Estabilização da decisão <i>versus</i> estabilização da cognição	93
2.8.3. Duas atividades distintas: interpretação e aplicação normativa	95
2.8.4. Instrumentalidade do processo e formalismo-valorativo: os impactos de cada corrente teórica sobre caráter dinâmico da cognição judicial.....	101

Capítulo 3

IURA NOVIT CURIA? A COGNIÇÃO DINÂMICA SOBRE QUESTÕES DE FATO E QUESTÕES DE DIREITO	105
3.1. A cognição sobre as questões de fato e as questões de direito: a mitigação do <i>iura novit curia</i>	105

3.2. Premissas para a mitigação do <i>iura novit curia</i> e do <i>da mihi factum, dabo tibi ius</i>	110
3.2.1. O silogismo judicial e o inflexível percurso “do direito aos fatos”	110
3.2.1.1. A incompatibilidade entre a interpretação formalista e a cognição sobre o fato e o direito	112
3.2.1.2. A influência do direito romano na divisão entre fato e direito	114
3.2.2. A “espiral hermenêutica” e a ausência de ordem cronológica para a cognição sobre fato e direito	115
3.2.2.1. Contraditório-influência e diálogo judicial na reconfiguração do <i>iura novit curia</i>	117
3.3. Convenções processuais sobre a delimitação do direito: o art. 357, § 2º do CPC	122
3.3.1. A delimitação das questões de direito na arbitragem	126
3.3.1.1. Os acordos processuais como instrumentos para a restrição e ampliação da cognição do juízo estatal sobre as questões de direito submetidas à arbitragem	130
3.4. Subversão do <i>iura novit curia</i> nas ações de improbidade administrativa . O Advento da Lei n. 14.230/2021	133

Capítulo 4

COGNIÇÃO, PROVA E RACIONALIDADE	135
4.1. O outro lado da espiral hermenêutica: as questões de fato e a prova	135
4.2. Poder probatório das partes: discussões sobre o ônus da prova	139
4.3. Convenções processuais sobre a delimitação do <i>factum probandum</i>	141
4.4. Entre as funções demonstrativa e persuasiva da prova	142
4.5. Compartilhamento cognitivo: as diversas vozes presentes na instrução	147
4.6. Racionalidade da cognição sobre os fatos: cognição informada por oráculos?	148
4.6.1. A coerência do sistema jurídico: racionalidade interna e externa	154
4.6.2. Racionalidade externa: a superposição da atividade cognitiva exercida por diferentes centros jurisdicionais	157

4.7. Esquemas cognitivos sobre as presunções: há uma ordem cronológica de conhecimento dos fatos?	160
4.7.1. É possível convencionar sobre presunções?	163
4.7.2. As presunções são temporárias?	165
4.7.3. A inexistência de superioridade da prova direta em relação à prova indireta.....	166
4.8. Conclusão parcial	167

Capítulo 5

COGNIÇÃO FLEXÍVEL, ADEQUADA E AD ACTUM	169
5.1. As influências de institutos do Código de Processo Civil de 2015 sobre a cognição judicial.....	169
5.2. A cognição como conceito “lógico-jurídico” na teoria geral do processo	169
5.3. Premissas extraídas do sistema jurídico-normativo para uma nova teoria da cognição judicial: cognição flexível, adequada e <i>ad actum</i>	172
5.3.1. Flexibilização do procedimento: como o <i>judicial case management</i> e as convenções processuais interferem na cognição judicial	172
5.3.2. Ressignificação dinâmica da segurança jurídica	175
5.3.3. Devido processo legal em perspectiva argumentativa	176
5.4. Da eficiência quantitativa à eficiência qualitativa: premissas para a cognição adequada	180
5.5. Fracionamento das questões conhecidas: da cognição <i>ad processum</i> à cognição <i>ad actum</i>	183
5.5.1. Cisão objetiva e subjetiva da cognição: a cognição <i>ad actum</i>	185
5.5.1.1. As cisões cognitivas como estratégias de gestão processual. Considerações sobre o <i>simultaneus processus</i>	188
5.5.1.2. Cisão cognitiva nos processos repetitivos: divisão subjetiva e objetiva no conhecimento da questão fática e da questão jurídica repetitiva....	191
5.5.1.3. A cisão cognitiva no procedimento de inventário	193

5.5.2. Cognição adequada: quem pode conhecer melhor? Transferências e delegações cognitivas.....	197
5.5.3. Cisões cognitivas nos processos policêntricos	198
5.5.3.1. Cognição adequada e flexível nos processos estruturais	200
5.5.3.2. Delegação cognitiva para entidades de infraestrutura específica nos processos estruturais: as <i>claims resolution facilities</i>	205
5.5.3.3. Delegação cognitiva na execução.....	207
5.5.3.3.1. Da existência de mérito na execução. Superação do mito da “cognição rarefeita”	207
5.5.3.3.2. Delegação cognitiva para agentes de execução	208
5.5.4. A técnica das sentenças “com reserva”: cisão e complementação da cognição	211
5.5.4.1. Dos <i>open remedies</i> (tutelas abertas) às transferências cognitivas com base no critério de cognição adequada	214
5.5.5. Cooperação judiciária: transferência cognitiva para outros juízes que possuem conhecimento sobre temas específicos. A relevância do “conhecimento privado” do juiz.....	217
5.5.5.1. O juiz pode sofrer “contaminações psíquicas” que justifiquem a transferência da cognição?.....	221
5.5.5.2. A relação entre cognição adequada e competência adequada.....	224
5.5.5.3. Cognição adequada e vedação ao <i>non liquet</i> : juízes detentores de conhecimento jurídico específico.....	226
5.5.6. A melhor cognição possível nos julgamentos por amostragem.....	230
5.5.6.1. Escolha da causa nos incidentes de casos repetitivos e compensações cognitivas	230
5.5.6.2. A centralização de processos repetitivos (art. 69, § 1º, IV do CPC)	233
5.5.6.3. Conhecimento privado e características pessoais do juiz como elementos para a cognição	

adequada. A escolha do juiz por convenção das partes.....	235
5.5.7. A preocupação com a imparcialidade: a cognição estaria “fora da cabeça do juiz”?	236
5.5.8. Cognição informada por algoritmos: avanços e retrocessos	242
5.5.8.1. Inteligência artificial: compartilhamento e transferências cognitivas	244
5.5.9. Jurisdição consultiva e retenções cognitivas: a cognição voltada à influência de outros centros subjetivos	247
5.5.10. Cognição adequada em segunda instância.....	251
5.5.11. Competência para o julgamento da reclamação no caso das decisões proferidas por Turma Recursal de Juizado Especial Cível ou Fazendário: violação à cognição adequada	252
5.6. Conclusão parcial	254

Capítulo 6

ALGUNS FENÔMENOS QUE IMPACTAM A COGNIÇÃO JUDICIAL: ANTECIPAÇÕES, INVERSÕES, ABSORÇÕES, COMPENSAÇÕES E SUPERPOSIÇÕES COGNITIVAS	257
6.1. A cognição no tempo. Planos horizontal e vertical da cognição	257
6.2. Plano vertical.....	259
6.2.1. Antecipações e inversões cognitivas: uma ruptura com a tradicional ordem de apreciação das questões processuais e questões de mérito	259
6.2.1.1. Antecipação do conhecimento do mérito: o art. 488 do CPC e a necessidade de saber, antecipadamente, a quem aproveita a invalidade	259
6.2.1.2. Antecipações e postergações cognitivas: exame da legitimidade <i>ad causam</i> . Legitimidade é mérito? A legitimidade deve ser conhecida no começo ou no fim do processo?	264
6.2.1.3. Antecipações e postergações cognitivas: o exame do interesse de agir e de recorrer	266
6.2.2. Quais os mecanismos para a criação de modificações cognitivas?	268

6.2.3. As absorções cognitivas e a supervalorização da quantidade de cognição	269
6.2.3.1. Convenção das partes para a escolha da cognição sumária ou exauriente.....	275
6.3. Plano horizontal	276
6.3.1. Antecipações cognitivas no processo cautelar português: do Regime Experimental (Decreto-lei n. 108/2006) ao CPC de 2013	276
6.3.2. Cognição “antes do processo”: conhecimento antecipado da prova	279
6.3.3. A cognição sobre fatos e prova no <i>common law</i> em contraposição à cognição no <i>civil law</i> : os limites da gestão cognitiva	284
6.3.4. Superposições ou redundâncias cognitivas no exame da prova emprestada	289
6.3.5. Modificações cognitivas no sistema recursal e na ação rescisória	292
6.3.5.1. “Teoria” da causa madura e supressão cognitiva: o conhecimento “direto” do mérito pelo tribunal	292
6.3.5.2. Novo sistema de impugnação das decisões interlocutórias: inversões cognitivas no julgamento do agravo de instrumento e da apelação.....	296
6.3.5.3. Violação a questão constitucional ou a lei federal nos recursos especial e extraordinário: os artigos 1.032 e 1.033 do CPC.....	300
6.3.5.4. Contraditório nos embargos de declaração	302
6.3.5.5. Admissibilidade da ação rescisória fundada em prova nova	303
6.4. Compensações cognitivas no processo executivo.....	304
6.4.1. Compensações cognitivas na execução de títulos executivos extrajudiciais	304
6.4.2. Cognição sujeita a condição	310
6.5. Conclusão parcial	312
CONCLUSÃO	313
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	317